

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

A dialética da construção do campo nas memórias e vivências de seus moradores

Paulo Cesar Inácio¹

Resumo: A comunicação se afirma nas indagações surgidas no doutorado em História Social, onde nos propomos a analisar as transformações ocorridas na vida dos moradores do campo, no Sudeste de Goiás, no período entre 1940 a 1970. A partir da experiência de um grupo de trabalhadores braçais que estiveram ligados à Estrada de Ferro Goiás, temos identificado elementos de como nas relações de trabalho na ferrovia recompõem a vida no campo como referência para as disputas que travam na empresa. Nessa perspectiva delineamos imagens de campo que surgem do embate, com outros espaços de poder como a Empresa, o Estado. A problemática está assentada em quais sentidos essas imagens são elaboradas e persistem também na concepção política que assume em relação aos moradores do campo, e na historiografia goiana.

Palavras-Chave: Trabalho, Campo, Ferrovia.

Abstract: Abstract: The communication is affirmed in the inquiries appeared in the doctorate in Social History, where we intend to analyze the transformations happened in the residents' of the field life in the Southeast of Goiás, in the period among 1940 to 1970. Starting from the experience of a group of manual workers that they were linked to the railroad Goiás, as manual, we have been identifying elements of as in the work relationships in the railway recompose the life in the field as reference for the disputes that join in the company. In that perspective we delineated which the field image that appears of the collision, as other spaces of power as the Company, the State, they elaborate those images, in which felt those images also persist in the political conception that assumes in relation to the residents of the field, also for the historiography of Goiás.

Keywords: Goiás, Work, Field.

O texto apresenta parte da pesquisa em curso no doutorado em História Social, a qual procura investigar as redefinições das relações sociais no campo, no Sudeste Goiano, envolvendo seus moradores, no período entre 1940 a 1970.

A temporalidade foi eleita por se constituir enquanto marco disputado em diferentes formas de se lembrar o Sudeste Goiano. Essas formas são geralmente alimentadas a partir da chegada da Estrada de Ferro Goiás na região, no início do século XX, demarcando em fases distintas os contornos das transformações regionais.

No período entre 1940 a 1970 verifica-se a crise do sistema ferroviário, experimentado nas mudanças das relações de trabalho na empresa: a mudança do

¹ Doutorando em História Social – UFU, Universidade Federal de Goiás, professor na Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão, apresentação parcialmente financiada pela FUNAPE.

combustível, antes à lenha para diesel, o que limita uma série de atividades de moradores do campo, que tinham como uma das ações de trabalho, o fornecimento de lenha para a empresa; o fim do transporte de passageiros. Esses elementos implicaram em pressões para que fossem redefinidas formas de produção e consumo para grande parte dos moradores, direta ou indiretamente, envolvidos nas atividades ferroviárias. Esse processo parece pressionar o Estado, que reorienta suas políticas para o social, principalmente a partir dos anos 50, usando a Estrada de Ferro como mediadora de parte dessas ações.

Em uma das formas de organização do passado o Sudeste Goiano tem sido identificado a partir de uma memória que periodiza a região, em recortes social-cronológicos, que se afirmam na idéia do atraso. Nessas lembranças há uma divisão entre um período de progresso outro de atraso, o marco divisório é a chegada da ferrovia e sua decadência, nos anos 60.

Assim, cidades como Goiandira, Cumari, Ipameri, Pires do Rio firmam no passado ferroviário uma identidade ligada a um período idílico, até meados dos anos 60, quando surge, na crise ferroviária, o estigma de cidades perpetuadas pelo atraso.

Outras cidades como Anhanguera, Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, igualmente identificadas com o passado ferroviário, recompuseram socialmente seus marcos históricos, saindo do passado ferroviário para identidades consideradas modernizantes, pela exploração de minérios (Catalão e Ouvidor), ou pela localização junto a lagos, formados com a construção de hidrelétricas, os quais deram origem a complexos turísticos (Anhanguera e Três Ranchos).

Estas duas versões públicas, instituídas como versões oficiais, são realimentadas por meio de ações de instituições como o Estado, Escolas, Memorialistas locais, que ao firmarem dois campos de interpretação, atribuem significações diferenciadas, mas com conseqüências comuns. Uma lembrança hegemônica, ao valorizar, na significação do processo, os espaços da empresa, Estado e grandes famílias enquanto locais únicos do exercício do poder.

Durante o mestrado (INÁCIO, 2002), realizamos um recorte social elegendo famílias que mantiveram relação de emprego com a Estrada de Ferro Goiás, por algum período, entre os anos de 1940 a 1965, a maioria moradora na cidade de Goiandira. Ao buscar explorar, em suas lembranças, a formação de uma memória local, identificamos, no mesmo processo, a produção de uma história local.

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida. (KHOURY, 2004: 116)

Assim, ao explorar o passado ferroviário identificamos, inicialmente, interpretações realizadas por estes trabalhadores, contudo, no percurso de pesquisa fomos pressionados a incorporar novos níveis da realidade, como a relação familiar, o que foi possível através dos relatos de esposas e viúvas de ferroviários. Ao produzir estas entrevistas com mulheres não tencionamos completar lacunas das versões dos maridos, mas trazer, no espaço do cotidiano, interpretações não diluídas nas falas dos homens, igualmente importante para compreensão das relações de trabalho.

As versões dos trabalhadores privilegiavam, no espaço de trabalho: a relação de solidariedade com outros trabalhadores; as disputas com setores de chefia da empresa, principalmente feitores, mestres de linhas; as jornadas ininterruptas de trabalho, por ocasião de acidentes. Atentamos para a dimensão destas narrativas, de como incorporavam o trabalho ferroviário enquanto movimento inacabado. Mesmo com a aposentadoria e com o fim da função que exerciam, a dinâmica vivida é alimentada por disputas que travam, no presente, a luta pela recomposição da aposentadoria, a perpetuação de uma memória familiar que elege a ferrovia como significador de várias opções, no esforço de construir uma identidade familiar.

Os relatos das mulheres organizavam as vivências a partir da eleição de outros espaços, tais como: o nascimento dos filhos; o cuidado com as casas de turma; as ausências dos maridos durante os trabalhos nos trilhos; a convivência quotidiana com filhos e familiares de outros turmeiros; a disciplina exigida para fazer a comida a ser recolhida em horários determinados pelo feitor; a luta pela recomposição das pensões. Essas memórias dimensionam a reconstrução que fizeram do passado na ferrovia, e sua relação diante do morar, atualmente, na cidade de Goiandira. Esses relatos possuíam, na dinâmica e nos recortes espaciais/sociais, diferenças com as narrativas dos trabalhadores.

Nas entrevistas construídas no mestrado, percebeu-se que a leitura que os entrevistados faziam das relações de trabalho aparecia ligada, de maneira indissociável, a uma leitura da vida no campo, geralmente, enquanto contraponto às dificuldades do trabalho e da vida na ferrovia, e depois na cidade. Ao apontarem as motivações para a entrada para o

trabalho na Estrada de Ferro Goiás, identificam um campo de memórias com as seguintes características:

- em um primeiro momento, entrecruza a vida no campo e a experiência de trabalho com a família na empresa, como espaços políticos não dicotomizados no tempo, mas que adquirem sentido se pensados enquanto arena de disputas comuns;

- a entrada para o trabalho ferroviário, como primeira experiência de uma atividade regular, subordinada à vigilância, opção que fizeram pressionados pela necessidade de um recebimento normativo de salário, reinserindo o consumo da família em outros padrões, diferentes do que experimentou antes, elemento lembrado como uma perda;

- a contraposição de uma vida melhor no campo antes de entrarem na Estrada de Ferro Goiás;

- uma melhoria do padrão de vida familiar, no período em que Mauro Borges administrou a empresa, no início dos anos 50, ligando, de maneira não cronológica, o período em que este governou o Estado de Goiás, início dos anos 60, recordando sempre as políticas sociais por ele desenvolvidas;

- na passagem da vida no campo para o trabalho na empresa houve uma redefinição das funções exercidas pelas mulheres e filhos;

- a partir dos anos 60, ocorre, em linhas gerais, uma crise em se adequar às transformações implementadas pela empresa. Dentre estas políticas estão à exigência de um novo perfil de trabalhador ferroviário e a incorporação de maquinários, pressão que fez com que vários entrevistados entrassem com processo de aposentadoria.

Após o término do mestrado dando continuidade à pesquisa, ao reler as entrevistas, novas preocupações foram suscitadas, dentre elas se destacam: quais os significados políticos da contemporaneidade destas narrativas, enquanto processo de construção e leitura de um momento histórico? Como essas imagens produzem uma vitalidade que não diluiu em temporalidades distintas que os agentes experimentaram nas trajetórias de vida? Quais pactos e disputas demarcaram as persistências em períodos diferentes destas imagens? Qual papel de instituições como o Estado, a Igreja e outras, bem como, das pessoas entrevistadas na construção/redefinição desses pactos?

Nesse caminho identificamos na constituição do social a representatividade das entrevistas

Portanto, a palavra-chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E, é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996: 70).

Em um processo lento, na constituição de novas indagações, incorporando novas fontes, fomos instituindo outros espaços de vivências como as relações de trabalho, a vivência cotidiana na cidade e no campo, os espaços de festas, o que foi permitindo apresentar outras possibilidades de leitura do local.

Na tentativa de entender a formação de um campo de representações, em que o passado se forma de maneira imbricada com processos de transformação, temos incorporado documentações diversas, nas formas de registro e preservação de memórias, tais como relatórios do Governo do Estado, Revista Oeste, relatórios publicados pela Estrada de Ferro Goiás, números da Revista Ferroviária e produção de entrevistas.

A documentação pesquisada possui especificidades nos aspectos de registro e preservação das memórias, exigindo, nas análises, a observância de diferenças metodológicas. Atentamos que essas diferenças emergem, inicialmente, de um campo comum de conflito: a sociedade goiana a partir de meados do século XX.

A documentação reporta, em linhas gerais, a três espaços produtores de discursos significadores do passado em Goiás: o Estado, a empresa ferroviária² e as lembranças de familiares que moraram, por algum tempo, no campo, no período pesquisado, de forma especial os que trabalharam na ferrovia. Contudo, não é possível lidar com três campos homogêneos de memórias, considerando que os três espaços possuem dinâmicas que se alteram no tempo e se entrecruzam na construção de significados.

Ao pensar Estado, empresa e moradores do campo, não firmamos compreensão de três “lôcus” monoliticamente instalados, produzindo uma identidade compartilhada de forma homogênea e orgânica pelos outros. Optamos por entendê-los como espaços políticos, não homogêneos internamente, mas que se diferenciam nas estratégias de poder que dispõem e nas maneiras que usam para, no campo das disputas, registrar/preservar e re-significar o processo, sempre buscando as representações que possibilitem entender o processo de redefinição da vida de diversos moradores.

² Restringimo-nos à documentação da Estrada de Ferro Goiás, não abordando a Rede Mineira de Viação que entra no Estado em 1942. As duas empresas são extintas em 1957, quando se forma a Rede Ferroviária Federal S/A.

Privilegiando o escrito e o oral, enquanto mecanismos densos da produção da memória, alargarmos, com inclusão de níveis da realidade, o trabalho, o Estado e a empresa, o entendimento da escrita da história, tendo em vista que

devemos incluir todas as maneiras pelas quais um sentido do passado é construído em nossa sociedade. Isto não toma, necessariamente, uma forma escrita ou literária. Muito menos se enquadra em padrões acadêmicos de conhecimento ou em cânones de veracidade. A história acadêmica tem um lugar especial dentro de um processo muito maior. Chamaremos isto de “a produção social da memória”. Nessa produção coletiva, todos participam, embora de maneira desigual. (JOHNSON e DAWSON, 2004: 283)

De maneira significativa o Estado redefine, a partir do início dos anos 40, sua presença no meio social goiano. Formando um campo de políticas sociais reorienta a presença feminina nos espaços de poder institucional. Se na primeira república às mulheres de governadores goianos eram imputados papéis domésticos, como a educação dos filhos, a partir do governo de Pedro Ludovico, a figura feminina de esposa passa a ser enviesada para a coordenação de políticas sociais (ORIENTE, 1981) institucionalizadas ou não.

Em tais atividades, o Estado estabelece pactos com algumas instituições (por exemplo, a Igreja Católica) por meio das irmandades (como a Sociedade São Vicente de Paulo), com a própria instituição (através da implantação de Escolas Normais) e com a Estrada de Ferro Goiás. Institui políticas que visavam a educar e a inculcar novos hábitos nos moradores da região da Estrada de Ferro, e, também, com órgãos classistas de representações comerciais e industriais.

Essa intervenção é identificada nas páginas da Revista Oeste, publicação do início dos anos 40, que reunia intelectuais goianos, que através do uso de fotografias, artigos, poesias, fixa uma imagem do homem do campo no cenário de miséria e pobreza, sinalizando seu resgate para o mundo moderno através do Estado.

Instituições como a Legião Brasileira de Assistência, instalada em Goiás, no ano de 1942, para apoiar os familiares dos soldados que iam combater na 2ª Guerra Mundial, são reorientadas para ações que visavam a atingir o cotidiano de famílias pobres, mesmo sem terem familiares diretamente envolvidos nas batalhas. Convênios firmados com a Igreja Católica implementam novas propostas para a educação. A aproximação com órgãos de assistência como a Sociedade São Vicente de Paulo permitem ao Estado forjar uma linguagem, mediada por estas instituições, que tem por finalidade intervir nesse cotidiano. Esse novo cenário pode ser visto na modificação dos serviços de saúde e de educação.

O debate nos incomodou e nos fez refletir sobre de onde temos exercitado a busca de um novo tratamento com o material trabalho e as leituras realizadas. Em uma das reflexões temos problematizado qual significado atribuímos, ao lidar com a temporalidade e os agentes envolvidos, delimitando nossas questões com um conteúdo prefixado, direcionando vencedores e vencidos no enredo que adquire apenas significado retrospectivo.

Um outro elemento importante foi à distinção do que temos apreendido como questão de época e questão histórica.

É bastante evidente em alguns dos melhores estudos marxistas o fato de que eles se sentem muito mais à vontade no que podemos chamar de questões de época do que em questões que poderíamos definir como históricas. Quer dizer, geralmente são muito melhores ao distinguirem as características gerais de diferentes épocas da sociedade, como entre o feudalismo e a era burguesa, do que quando distinguem as diferentes fases da sociedade burguesa, e os momentos diferenciados no interior dessas fases: aquele processo histórico real que exige uma precisão e a delicadeza de análise muito maior do que a já conhecida análise de épocas, preocupada com as características gerais e delineamento abrangentes. (WILLIAMS, 2005: 217)

Assim, o percurso da pesquisa tem partido de visões hegemônicas e individuais. Entendemos que ambas remontam a um mesmo período de transformações, 1940 – 1970, indicando a problemática de se pensar os significados que se têm imputado às construções das memórias, como essas são embebidas de visões diferenciadas, tendo em vista processos extremamente contraditórios, que são aplainados apenas por mecanismos de violência.

A pesquisa do doutorado, em sua fase inicial, tem tentado exercitar na seleção/leitura de fontes documentais a necessidade de avançar para outros possíveis significados que o campo adquire enquanto um elemento perpassado por amplos debates e construções, as quais convergem para uma compreensão do sudeste goiano, pluralizando o que se entende por história e pelo direito à memória, reafirmando a produção histórica a partir de uma construção de múltiplos sujeitos.

Referências Bibliográficas

- HALL, Stuart. Notas sobre a “desconstrução” do popular. In: **Da Diáspora: identidades e mediações Culturais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Unesco, 2003, p. 243/264.
- INÁCIO, Paulo Cesar. **Trabalho, Ferrovia e Memória: a experiência de Turmeiro (a) no Trabalho Ferroviário**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2002, mimeo.

- JOHNSON, Richard; DAWSON, Graham. Memória Popular: Teoria, Política, Método. In: **Muitas Memórias, Outras Histórias**. FENELON, Déa Ribeiro et all (orgs). São Paulo: Ed. Olho d'água, 2004, p. 282/295.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.
- KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras História: cultura e o sujeito na história. In: **Muitas Memórias, Outras Histórias**. FENELON, Déa Ribeiro et all (orgs). São Paulo: Ed. Olho d'água, 2004, p. 116/138.
- ORIENTE, Esther Barbosa. **Dona Gercina**, Mãe dos Pobres. Goiânia: Ed. Oriente, 1981, 256 p.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Vol 01, nº 02, 1996, p. 59-72.
- _____. As Fronteiras da Memória: O Massacre das Fossas Ardeatinas. História, Mito, Rituais e Símbolos. In: **Revista História e Perspectivas**, nºs. 25/26, jul/dez/2001, jan./jul./2002, p.9-26
- _____. História Oral Como Gênero. In: **Revista Projeto História**, PUC/São Paulo, nº 22, Junho 2001, p. 09-36.
- MUNAKATA, Kazumi. Compromisso do Estado. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, nº 7, março, 1984, p. 58/71.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In **Revista USP** nº 66, Julho/Agosto, 2005, p. 210/225.